



Vanessa Cristina de Abreu Torres Hrenechen
(Organizadora)

Comunicação e Jornalismo: Conceitos e Tendências 3

Vanessa Cristina de Abreu Torres Hrenechen
(Organizadora)

Comunicação e Jornalismo: Conceitos e Tendências 3

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Rafael Sandrini Filho
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
C741	Comunicação e jornalismo: conceitos e tendências 3 [recurso eletrônico] / Organizadora Vanessa Cristina de Abreu Torres Hrenechen. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Comunicação e Jornalismo: Conceitos e Tendências; v. 3) Formato: PDF Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-388-0 DOI 10.22533/at.ed.880191206 1. Comunicação social. 2. Democratização da mídia. 3. Jornalismo. I. Hrenechen, Vanessa Cristina de Abreu Torres. II. Série. CDD 303.4833
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Este e-book apresenta uma série de pesquisas sobre o papel do jornalismo na sociedade e as mudanças que ocorreram na comunicação ao longo da história a partir do ambiente virtual e das novas ferramentas tecnológicas. Neste volume, o leitor poderá compreender as características dos textos publicados nos jornais no início do século XX, época em que o ofício se dividia entre o jornalismo e a literatura.

Dentre os estudos, autores discutem a dimensão crítica, especificamente a jornalística, na formação de cidadãos mais conscientes em relação às mídias e trazem a diferenciação entre os termos alfabetização midiática, mídia-educação e educomunicação. Ao encontro deste tema, outra pesquisa analisa a contribuição do ombudsman na elucidação de um fato socialmente relevante.

Artigos abordam a prática jornalística contemporânea neste momento de pós-verdade e a sua adaptação às novas plataformas, assim como, revelam a transformação nos modos de produção impulsionada pela internet e o uso de big data. Além disso, também é possível compreender como o jornalismo se apropria de conversações, interações e mensagens que circulam em sites de redes sociais para a construção da notícia. Esta obra reúne reflexões teóricas importantes para aqueles que são pesquisadores, profissionais e estudantes da área.

Vanessa Cristina de Abreu Torres Hrenechen

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A CONTRIBUIÇÃO DA COLUNA DE <i>OMBUDSMAN</i> PARA A COMPREENSÃO DO ACONTECIMENTO NO CASO DA MORTE DO REITOR CANCELLIER	
Diana de Azeredo	
DOI 10.22533/at.ed.8801912061	
CAPÍTULO 2	12
A CRÍTICA DA MÍDIA ATRAVÉS DAS PRÁTICAS JORNALÍSTICAS	
Cristine Rahmeier Marquette	
DOI 10.22533/at.ed.8801912062	
CAPÍTULO 3	24
AGÊNCIAS INDEPENDENTES DE JORNALISMO E A PRÁTICA DO BIG DATA: CREDIBILIDADE E REVITALIZAÇÃO DO ETHOS PROFISSIONAL	
Leonel Azevedo de Aguiar Claudia Miranda Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.8801912063	
CAPÍTULO 4	36
APONTAMENTOS SOBRE O CONCEITO DE ETNOJORNALISMO	
Mônica Panis Kaseker	
DOI 10.22533/at.ed.8801912064	
CAPÍTULO 5	46
ENGAJAMENTO E CIDADANIA NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A PRODUÇÃO NARRATIVA DO SOS IMPRENSA	
Ana Carolina Kalume Maranhão Marcos Amorozo Rafiza Varão	
DOI 10.22533/at.ed.8801912065	
CAPÍTULO 6	57
JORNALISMO E LITERATURA NO INÍCIO DO SÉCULO XX: UMA LEITURA COMPARATIVA ENTRE LIVROS E REPORTAGENS DE JOÃO DO RIO	
Aline da Silva Novaes	
DOI 10.22533/at.ed.8801912066	
CAPÍTULO 7	69
NOTÍCIAS ELABORADAS A PARTIR DE SITES DE REDES SOCIAIS NO CASO MARIELLE FRANCO	
Ingrid Cristina dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.8801912067	
CAPÍTULO 8	80
PÓS-VERDADE E FAKE NEWS: O JORNALISMO NA CONTEMPORANEIDADE	
João Marcos Maia de Santana da França Mayara Souza Suzart Daniela Costa Ribeiro	
DOI 10.22533/at.ed.8801912068	

CAPÍTULO 9	88
PROCESSOS DE CONVERGÊNCIA E REORGANIZAÇÃO EM REDAÇÕES JORNALÍSTICAS: UM OLHAR SOBRE A ESTRUTURA E A PRODUÇÃO DE NOTÍCIAS EM CIBERMEIOS BRASILEIROS	
Jonas Gonçalves	
DOI 10.22533/at.ed.8801912069	
CAPÍTULO 10	100
SOBRE AS CAPAS: NOTÍCIAS E PRODUTOS À VENDA NA PRIMEIRA PÁGINA	
Karenine Miracelly Rocha da Cunha	
DOI 10.22533/at.ed.88019120610	
CAPÍTULO 11	113
VISÕES MÍTICAS NA POÉTICA DE SOPHIA DE MELLO BREYNER ANDRESEN E O EFEITO CASSANDRA EM DISCURSOS MIDIÁTICOS	
Gisele Centenaro	
DOI 10.22533/at.ed.88019120611	
SOBRE A ORGANIZADORA	134

A CRÍTICA DA MÍDIA ATRAVÉS DAS PRÁTICAS JORNALÍSTICAS

Cristine Rahmeier Marquette

Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos

São Leopoldo – RS

RESUMO: Este artigo apresenta as colocações iniciais da pesquisa de doutorado em andamento que tem como tema a crítica da mídia, especificamente a jornalística, e o seu relacionamento com sujeitos sociais. A intenção é ofertar maneiras de os sujeitos interpretarem os conteúdos jornalísticos com discernimento e autonomia. Existem estratégias para formar cidadãos mais conscientes em relação à mídia e que são voltadas para educação para mídia – alfabetização midiática, mídia-educação e educomunicação. Trazemos uma diferenciação entre esses termos e evidenciamos a dimensão crítica como essencial. Mas não se faz crítica sobre o que não se conhece. A prática jornalística é composta por procedimentos de controle que determinam sua forma de agir, e os sujeitos precisam conhecer essas práticas para poder fazer inferências críticas sobre elas.

PALAVRAS-CHAVE: Crítica da mídia; Educação para mídia; Autonomia Interpretativa; Práticas Jornalísticas; Procedimentos de Controle.

MEDIA CRITICISM THROUGH JOURNALISTIC PRACTICES

ABSTRACT: This article presents the initial settings of the doctoral research in progress that has the theme of media criticism, specifically journalism, and its relationship with social subjects. The intention is to offer ways for the subjects to interpret the journalistic contents with discernment and autonomy. There are strategies for building more media-conscious citizens who are focused on media education - media literacy, media education, and educational communication (“educomunicação”). We draw a distinction between these terms and point out the critical dimension as essential. Journalistic practice is composed of control procedures that determine how they act, and subjects need to know these practices in order to make critical inferences about them.

KEYWORDS: Media criticism; Media education; Interpretive Autonomy; Journalistic Practices; Control Procedures.

1 | INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta as colocações iniciais da pesquisa de doutorado em andamento que tem como tema a crítica da mídia, especificamente a jornalística, e o

relacionamento dos sujeitos sociais com a mídia. A intenção é ofertar maneiras de os sujeitos interpretarem os conteúdos jornalísticos com discernimento e autonomia, favorecendo as democracias modernas. Nesse cenário de sobrecarga de informações, *fake news* e desinformação, o assunto da educação para mídia começa a ser debatido com mais frequência, utilizando-se ultimamente o termo da alfabetização midiática.

Existem estratégias para formar cidadãos mais conscientes em relação à mídia e que são voltadas para educação para mídia – além da alfabetização midiática, mídia-educação e educomunicação mais regularmente. Esses conceitos não estavam suficientemente esclarecidos para que fosse possível dar sequência à pesquisa, o que ocasionou uma busca exploratória dos termos, que será apresentada. O que encontramos de mais essencial nas iniciativas observadas foi a questão da crítica: sem ela, as abordagens ficam superficiais ou meramente didáticas de uma maneira linear de se relacionar com a mídia jornalística e seus conteúdos. Não seria possível pensar em autonomia interpretativa dos sujeitos.

Mas para que seja viável fazer crítica, é preciso conhecer o objeto a ser criticado. Não se faz crítica sobre o que não se conhece, sobre um assunto cujo qual não se está familiarizado. A prática jornalística é composta por procedimentos de controle (e de resistência) que determinam sua atuação, sua forma de agir. Os sujeitos precisam conhecer essas práticas para poder fazer inferências críticas sobre elas. Este artigo vai apresentar essa trajetória, buscando construir pilares para a pesquisa em desenvolvimento e também contribuir para uma melhoria do relacionamento da sociedade com a mídia jornalística, aprimorando os dois lados da questão.

2 | A DESINFORMAÇÃO

Em entrevista à David Letterman, o ex-presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, discutiu, entre uma série de outras questões, as últimas eleições americanas e o escândalo da influência russa na manipulação da eleição de Donald Trump. Os russos teriam auxiliado a influenciar os votos através da mídia, de *fake news*, e monitoramentos online (coletando informações sobre os adversários, invadindo e-mails e contas em redes sociais, usando informações de grandes páginas de relacionamento, etc.). Obama disse que a Rússia, na verdade, se usou de algo que já fazia parte da rotina americana. Para ele, vivemos em “universos de informações completamente diferentes”, ou seja, dependendo de onde o cidadão busca as informações, ele vai entender as situações de um jeito ou de outro. “If you watch Fox News, you are living on a different planet than you are if you listen to NPR¹”, disse o ex-presidente.

A preocupação com as notícias falsas vem aumentando cada vez mais, mas teve um alerta maior devido a esse caso da eleição americana. A eleição francesa em 2017, que levou Macron a criar uma lei de combate a *fake news* em disputas

1 “Se você assiste à Fox News, você está vivendo em um planeta diferente de quem escuta à NPR (Rádio Pública Nacional). Tradução livre da autora.

eleitorais, também atentou para as manipulações de notícias, bem como o referendo da Catalunha pela independência, no mesmo ano. Esses casos levaram a Comissão Europeia a criar o *High Level Group*, em janeiro de 2018, com 39 membros entre jornalistas, pesquisadores de comunicação, escritores e organizações. O objetivo foi elaborar um documento para combater as notícias falsas, por entenderem o risco que representam para as democracias.

Além de estabelecer três frentes de atuação e apresentar 10 princípios fundamentais para as plataformas de jornalismo seguirem, o documento se baseia em cinco pilares principais: melhorar a transparência das notícias online; promover a alfabetização de mídia e de informação; capacitar usuários e jornalistas; salvaguardar a diversidade e a sustentabilidade dos meios de comunicação europeus; e promover pesquisas contínuas sobre o impacto da desinformação.

Essa onda de notícias falsas tem preocupado estudiosos de comunicação e outras áreas. Mas essa situação pode ser vista como uma oportunidade para ampliar as discussões sobre o relacionamento das pessoas com as mídias, mais especificamente, das sociedades com o jornalismo. A pesquisadora em jornalismo Nuria Fernández afirma que é preciso empoderar os cidadãos para que tenham as competências necessárias para se relacionar com a mídia, e, assim, “a democracia sairá reforçada de todo esse processo, ao contribuir para uma cidadania informada, que possa tomar decisões livremente” (FERNÁNDEZ, 2018). A pesquisa que Fernández realiza relaciona-se às *fake news* e a como ser crítico para diferenciar notícias falsas de verdadeiras, mas, para ela, trata-se de um movimento que pode resultar em um aprimoramento da alfabetização midiática.

Reforçando a importância da cidadania informada, o instituto de pesquisa social britânico *Ipsos Mori* investigou os níveis de desinformação sobre a realidade em que vivem os habitantes de 38 países, totalizando quase 30 mil entrevistados. Neste estudo, divulgado pelo jornal *Zero Hora*, o pesquisador questionava a percepção dos indivíduos sobre alguma situação específica, como por exemplo: qual a cidade mais violenta do país? Qual o percentual de mulheres entre 15 e 19 anos que dão à luz a cada ano? E assim, os pesquisadores comparavam as respostas com as estatísticas. No resultado final, o Brasil teve desempenho espantoso: ocupamos o segundo lugar em pior percepção da realidade, ficamos atrás apenas da África do Sul. No intuito de tentar apontar caminhos para a solução desse impasse, a reportagem entrevista o líder do grupo de pesquisa do instituto de Londres, Bobby Duffy, que afirma que a mídia tem um papel muito importante na distorção das percepções. “O que precisamos é ensinar as pessoas a selecionar a informação certa – o que torna uma espécie de alfabetização em mídia e em notícias mais importante do que uma educação geral” (ZERO HORA, 2018, p. 12).

Nos parece importante, visto a situação de desinformação em que se encontra o país, discutir maneiras de empoderar os sujeitos, de munir-los das ferramentas necessárias para se relacionarem com a mídia jornalística com discernimento e

autonomia nas interpretações. Em um primeiro movimento exploratório, investigamos as alternativas de educação para mídia que tratam da alfabetização midiática e encontramos outros termos correlacionados, como mídia-educação e educomunicação.

Esses conceitos ainda se misturam e se confundem, o que torna o trabalho de pesquisa difuso. Identificamos a necessidade de compreendê-los melhor no intuito de selecionar uma abordagem metodológica para tratar do tema. Serão apresentados a seguir as tentativas de discernir os termos apresentados com o intuito de perceber suas nuances e diferenças, visando avançar nas questões do relacionamento entre mídia jornalística e os sujeitos sociais.

3 | EDUCAÇÃO PARA A MÍDIA

A educação para mídia é alvo da atenção de educadores e comunicadores desde os anos 60 e muitos trabalhos e convenções voltados para o tema já foram realizados. Entretanto, as mudanças desejadas quanto às políticas públicas, currículos pedagógicos e práticas midiáticas não ocorreram de forma tão contundente quanto a esperada (BÉVORT; BELLONI, 2009; ZANCHETTA, 2009). Ainda há dificuldades em delimitar termos e processos de trabalho que se voltam para essas práticas, como os mais recorrentes educomunicação, mídia-educação e alfabetização midiática.

Buscando compreender as circunstâncias do conceito de educomunicação, identificamos que a preocupação gira em torno das melhorias e aperfeiçoamentos dos processos pedagógicos, no sentido de integrar as mídias dentro da sala de aula, auxiliando a educação. Para Soares (2011), a comunicação é vista como um componente do processo educativo, onde a comunicação se torne um eixo central na educação para educar através dela. A ideia é capacitar os estudantes da educação básica, fazê-los compreender como a mídia funciona e poderem atuar com mais propriedade nas mídias. Mas fica claro em alguns textos de pesquisadores da área (BACCEGA 2011; FIGARO 2011; TODA y TERRERO 2011) que o foco está em uma metodologia da educação, voltada aos meios, na ideia de repensar práticas de sala de aula que contemplem a mídia e sua utilização por professores e alunos.

Em outra oportunidade, Soares (2014) também evidencia que os objetivos da educomunicação, em sua visão, direcionam o olhar para os educadores e para a forma como lidam com os impactos da mídia, relacionando diretamente esses estudos com os de recepção. A meta da educomunicação seria de “transformar a comunidade educativa em um ecossistema comunicativo aberto” (SOARES, 2014, p. 22), e identificar novas formas de ensinar e aprender. “Interessa-nos a comunicação no trabalho do educador, no trabalho do estudante e nos meios materiais utilizados” (APARICI, 2014, p. 38). Kaplún (2014) também é um estudioso da educomunicação e costuma refletir sobre a educação formal, muito mais do que sobre os aspectos da comunicação, voltando suas pesquisas para as maneiras de ensinar através da

comunicação, concluindo sobre a importância da expressão e da produção nos meios de comunicação para a construção dos sujeitos e da cidadania.

A preocupação dos aspectos teórico-metodológicos de mídia-educação, segundo Fantin (2011), é com as mediações escolares também. A ideia é trazer a temática das mídias para ser problematizada na escola, potencializando as práticas escolares. Essas mediações pedagógicas

visam capacitar crianças e professores para uma recepção ativa e uma produção responsável que auxilie na construção de uma atitude mais crítica em relação ao que assistem, acessam, interagem, produzem e compartilham, visto que a precariedade da reflexão sobre linguagens, conteúdos, meios e interesses econômicos impede uma compreensão mais rica (FANTIN, 2011, p. 28).

A autora afirma que ainda não há um consenso acerca do termo mídia-educação, mas que os objetivos da educação para as mídias se aproximam da ideia de formar usuários ativos, críticos e criativos de todas as tecnologias de comunicação e informação. Apesar de referir-se às tecnologias, não se reduz a esses aspectos instrumentais, configurando-se como a adoção de uma postura crítica e criadora, e de avaliar eticamente e esteticamente o que está sendo oferecido pelas mídias. Também não se trata, conforme foi abordado no início das pesquisas sobre mídia-educação na década de 1960, de proteger as crianças dos meios, mas capacitá-las a analisar e refletir sobre suas interações com a mídia e participar de forma ativa e consciente. A busca é a formação de espectadores críticos através de um fazer educativo.

Fantin (2005) situa a mídia-educação no âmbito das ciências da educação e do trabalho educativo, considerando as mídias como um recurso para a formação. Também afirma, em outra oportunidade, que a mídia-educação “constitui um espaço de reflexão teórica sobre as práticas culturais e se configura como um fazer educativo numa perspectiva transformadora [...]” (FANTIN, 2011, p. 30). As mídias seriam, então, um recurso para a educação formar melhor seus alunos, formar cidadãos. É como se a comunicação fosse um objeto do campo mídia-educação, que pode aparecer como metodologia de trabalho, análise de texto, análise do consumo, entrevistas, etnografia, etc. A ideia de transformar a escola está muito presente, reconduzindo-a para a centralidade da problemática.

A importância da mídia-educação pode ser conferida nas razões apontadas por Silveira (2011, p. 798):

É uma área chave no que toca à formação de cidadãos melhor informados e mais esclarecidos, trata-se de um dos terrenos centrais dos direitos dos cidadãos, não se esgota na investigação, já que pretende atuar na promoção de uma cidadania interveniente; e a proliferação das novas redes, plataformas e ferramentas digitais coloca em evidência necessidades básicas ao nível da alfabetização e formação de todos os cidadãos [...].

Muito significativas, as ações de mídia-educação refletem um cuidado com os currículos educativos e com um aprimoramento pedagógico. Esse não é, entretanto, o cerne da questão desta pesquisa. Outro termo, mais usado no século XXI devido

em grande parte à adoção pela UNESCO, é alfabetização midiática. O termo se refere às capacidades e habilidades de encontrar, selecionar, analisar, avaliar e armazenar informações, independente dos códigos e técnicas envolvidas. A pesquisadora suíça Feilitzen (2014, p. 15) descreve:

Alfabetização midiática, ou o termo mais em voga, alfabetização midiática e informacional, refere-se a conhecimentos, habilidades ou competências que nós devemos adquirir em relação à mídia. Já a educação midiática – ou educação para mídia, educação para comunicação, etc. – refere-se a um dos processos para obter alfabetização midiática. Assim, enquanto alfabetização midiática é o objetivo, educação midiática é um meio para atingir esse objetivo.

No entanto, a pesquisadora enfatiza que os significados entre estes termos são comuns em âmbito internacional, pois tanto um quanto outro “sugerem que todas as pessoas devem ter acesso à mídia, entender como a mídia atua e opera na sociedade, devem ter condições de analisar e refletir criticamente sobre os conteúdos presentes na mídia, e participar da produção midiática ou comunicar-se numa série de contextos” (FEILITZEN, 2014, p. 15). O entendimento de *Media Literacy*, ou alfabetização midiática como é traduzido, é tido como “understanding how mass media work, how they construct reality and produce meaning, how the media are organized, and knowing how to use them wisely²” (JACQUINOT-DELAUNAY et al., 2008, p. 21). O autor afirma que a alfabetização midiática parece empoderar as pessoas criticamente e criativamente, pois “the mediatized symbolic environment we live in today largely shapes the choices, values and knowledge that determine our everyday lives³” (Ibid., p. 22), e que a “Media Literacy helps to strengthen the critical abilities and communicative skills that give human meaning and enables the individual to use communication for change⁴”.

Os termos apresentados têm em comum a relação entre educação e comunicação e a intenção de promover ações de educação para mídia. As mídias são os meios para a informação, para a cultura, para cidadania e, mais do que nunca, é preciso aprender a questionar suas mensagens, mas não apenas isso: para garantir uma democracia representativa, é preciso munir os sujeitos das ferramentas para que se expressem e participem socialmente. O mundo globalizado e tecnológico implica mudanças, e entre elas estão as múltiplas alfabetizações, principalmente a voltada para mídia.

Dentre as abordagens que Kellner e Share (2008) apresentam como pertencentes ao campo da pedagogia midiática nos Estados Unidos, muito principiante na visão dos autores, existe um aspecto que deve ser evidenciado. Existe a abordagem protecionista, que vê as audiências como passivas e a mídia como perigosa; outra que sugere uma educação para a “arte midiática”, voltada para as questões estéticas da arte criativa e

2 “ Entender como a mídia de massa trabalha, como ela constrói a realidade e produz significado, como a mídia é organizada e saber como usá-la sabiamente” tradução livre da autora.

3“ O ambiente simbólico mediatizado em que vivemos hoje molda em grande parte as escolhas, valores e conhecimentos que determinam nossas vidas cotidianas”, tradução livre da autora.

4 “A Alfabetização Midiática ajuda a fortalecer as habilidades críticas e as capacidades comunicativas que dão significado humano e permitem o indivíduo usar a comunicação para a mudança”, tradução livre da autora.

da mídia; a alfabetização midiática é uma das abordagens que consiste em uma série de competências comunicativas, como as habilidades de acessar, analisar, avaliar e comunicar. Apesar de terem seus prós e contras, todas contribuem para avanços na questão da educação para a mídia.

Os autores utilizam a metáfora do iceberg para explicar a alfabetização midiática, que, segundo eles, costuma analisar apenas a ponta óbvia dos processos midiáticos. O que é intelectual, histórico e analítico não é contemplado, e a análise da mídia, sem abordar a parte “submersa”, seria superficial e mecânica.

O componente crítico da alfabetização midiática deve transformar a alfabetização em uma exploração do papel da linguagem e da comunicação para definir relações de poder e dominação, pois abaixo da superfície da água, naquele iceberg, vivem noções ideológicas profundamente embutidas, de supremacia branca, patriarcalismo capitalista, classicismo, homofobia e outros mitos opressivos (KELLNER; SHARE, 2018, p. 701).

Rejeitar a ideia de informações neutras ou livres de valores é parte essencial para o questionamento crítico que pode intervir na injustiça social e na desigualdade a qual somos submetidos. Sem a parte crítica, as iniciativas de educação para mídia correm o risco, segundo os autores, de se tornar um manual de ideias convencionais. Por isso eles propõem uma “alfabetização crítica da mídia”, com foco na crítica ideológica e análise política das representações de dimensões essenciais, como gênero, raça, classe, sexualidade, economia, entre outros. Interessa a crítica aos modelos hegemônicos e tendências atuais de abordagem da alfabetização, constituindo então um projeto político para a mudança social democrática.

4 | ALFABETIZAÇÃO EM JORNALISMO: CONHECENDO OS PROCEDIMENTOS DE CONTROLE

Diante do debate acima, é preciso questionar quais seriam os processos que os sujeitos podem se envolver para adquirir as competências para ter um bom relacionamento com a mídia, para que usem as informações em favor de seus próprios interesses. Para Braga (2002, p. 36), um sistema crítico oferece uma diversidade de vozes capaz de “estimular uma cultura de opções pessoais e de grupos que qualifique os usuários a fazerem a própria crítica por sua conta e risco”. Defendendo uma sociedade culturalmente desenvolvida, e um melhor relacionamento dos sujeitos sociais com a mídia, o autor afirma que é preciso “dispor de critérios e procedimentos de interação de modo que seja possível selecionar, criticar e interpretar – sempre com diversidade e autonomia – de modo a criar espaços de interatividade exigente e qualificadora” (BRAGA, 2002, p. 39).

A crítica se apresenta como um fator chave para pensar os processos que envolvem a educação para mídia, mas também os de enfrentamento ao jornalismo. A dedicação desta pesquisa é em compreender as maneiras possíveis de aprimorar

a crítica social, desenvolver o pensamento crítico, prover discernimento. Parece ser essa a tentativa das ações descritas que se voltam para o ensino de mídia. Mas é fato que, pelo menos nacionalmente, não experimentamos mudanças significativas neste setor (BÉVORT; BELLONI, 2009; ZANCHETTA, 2009).

Talvez um dos motivos seja o fato de que pretendemos ensinar a crítica sobre um assunto o qual os sujeitos não dominam. É difícil pensar, por exemplo, em fazer crítica jurídica sem compreender a prática jurídica. Como é possível fazer uma crítica a um procedimento médico sem conhecer a prática da medicina? Da mesma forma, estamos tentando ensinar uma postura crítica frente a mídia jornalística sem oferecer uma base sobre o que está sendo criticado. Talvez resida aí uma das dificuldades da educação para mídia, e também um caminho norteador dos processos de crítica à mídia.

A prática jornalística, segundo contextualiza Marocco (2015) apropriando-se de conceitos foucaultianos, pode ser compreendida/analisaada a partir dos procedimentos de controle. Segundo a autora, podemos percebê-los como externos, internos e não totalmente externos nem internos. Os externos se referem aquilo que se pode dizer e o que é interdito na sociedade, em uma determinada época, e suas táticas discursivas para tanto. Esses procedimentos refletem uma vontade de verdade, ou seja, tudo aquilo que torna o jornalismo “neutro”, “objetivo”, “imparcial”, e então, fiel à verdade.

Os procedimentos internos se referem ao comentário, o autor e a disciplina. O comentário incide sobre os textos primeiros e caracteriza, no jornalismo, o Ombudsman. A autor é diluído no coletivo do jornal, enquanto a disciplina abrange as regras que dão uniformidade à produção. Já os procedimentos nem externos nem internos se referem às hierarquias estabelecidas dentro de uma redação, onde as várias vozes do jornal (repórteres, colunistas, editores) estabelecem um jogo de poder em que determinada pessoa pode abordar determinado assunto e outra não. São procedimentos de controle relativos a distribuição de prestígio e privilégios no ambiente de trabalho, que são, de certa forma, externos e internos.

Faz parte da prática jornalística alguns movimentos de resistência a esses controles, dentre eles a questão de assumir a autoralidade no trabalho jornalístico, através dos livros de repórter, por exemplo, e também optar por uma abordagem com princípios de alteridade, que não impõe uma verdade sobre o outro e busca escutar os sujeitos mais do que fazê-los falar sobre o que interessa para a matéria. Mas talvez a essa resistência do sujeito jornalista se possa somar a uma ação crítica do público a quem se destina o jornalismo. A leitura crítica proposta pelas investigações de educação para a mídia seria potencializada, ao nosso ver, a partir da abordagem não só do texto, mas das práticas jornalísticas – e seus procedimentos de controle. A crítica das práticas jornalísticas é exercida por acadêmicos e profissionais da área, mas que poderiam ganhar um aliado poderoso. Como resultado de uma sociedade bem informada e crítica, seria possível até mesmo modificar a produção dos conteúdos midiáticos, pluralizando as vozes a serem ouvidas e debatendo outros temas,

avanzando democraticamente.

Não se trata de fazer com que os sujeitos resistam à mídia, pois isso não garante, segundo Braga (2006) as melhores interpretações ou melhores usos. A necessidade de “ensinar o usuário” é sentida, mas isso pode levar a conclusões prontas, e não a uma autonomia interpretativa. “O desenvolvimento de competências do usuário parece exigir processos sociais mais complexos do que apenas ‘ensinar uma postura crítica’ em perspectiva didática” (BRAGA, 2006, p. 62). Para o autor, são três questões principais a serem observadas: como as pessoas selecionam os produtos de mídia; como e em que condições os sujeitos adquirem competências interpretativas; e o que é necessário para o desenvolvimento da autonomia interpretativa.

Como seria possível oferecer, para o sujeito submerso na exposição e acesso à mídia, um ponto de apoio para uma interpretação independente e consciente?

Não se trataria, portanto, de “ensinar o usuário a se defender da mídia”, ou dizer-lhe *como* deve interpretar (com o risco consequente de levar ao usuário em geral interpretações prontas, assumidas como verdadeiras, elaboradas pelos setores intelectuais e políticos “críticos”); mas sim [...] estimular uma cultura de opções pessoais e de grupos que qualifique os usuários a fazerem sua própria crítica, por sua conta e risco. *Esse trabalho crítico*, difuso e variado, desenvolvido pela sociedade, seria o componente mais relevante e o indicador mais precioso de um bom e sólido sistema de interações sociais. (BRAGA, 2006, p.63).

Para além de fazer julgamento simplista acerca dos conteúdos veiculados e de apresentar uma didática de postura crítica aos sujeitos, precisamos oferecer maneiras de qualificar os sujeitos a fazerem a crítica autonomamente. As perguntas que possibilitam um movimento heurístico na pesquisa se direcionam para as estratégias voltadas para uma alfabetização para uma leitura *do jornalismo*. Como que se debatem os procedimentos de controle com os não jornalistas? Para que a população tenha consciência da matéria a ser criticada é preciso desnudar as práticas jornalísticas e torna-las acessíveis. Alfabetizar para o jornalismo implica fazer conhecer o sistema em que opera o jornalismo e assim tornar a crítica possível.

5 | HEURÍSTICAS EM ANDAMENTO

A proposta de fazer uma alfabetização em jornalismo ainda é incipiente, mas diverge em certa medida das propostas de alfabetização midiática, mídia-educação e educomunicação. Vimos que a educomunicação e a mídia-educação, apesar de representarem um escopo de atividades relevantes e aprimoradas, não convergem exatamente com os objetivos desta pesquisa. Quando voltamos a atenção para a alfabetização midiática, vimos que ela por si só não representaria os avanços necessários para um melhor relacionamento com a mídia sem o componente crítico do processo. A alfabetização crítica da mídia seria uma alternativa mais aproximada com o objetivo das interpretações autônomas.

Entretanto, não se trata tanto de ensinar a ser crítico de forma didática quanto

de lançar luz sobre as lógicas internas dos sistemas operantes para que, aí sim, as interpretações sejam únicas e personalizadas, de acordo com as vivências e experiências de cada sujeito, que, a partir do conhecimento da prática, podem estabelecer seus critérios de observação. Isso seria uma autonomia interpretativa, na visão desta pesquisa. O objetivo principal da alfabetização em jornalismo seria o de fazer conhecer as práticas jornalísticas, principalmente os procedimentos de controle, para que assim os sujeitos tivessem as condições necessárias para realizar a crítica.

Os caminhos da pesquisa ainda não foram selados. Existem propostas de educação para mídia em vários grupos de pesquisa acadêmicos e ações escolares. Alguns chamam a atenção devido ao seu caráter crítico com o jornalismo. Outras práticas podem ser identificadas em contextos internacionais com esse viés de crítica à mídia ou alfabetização crítica da mídia. Uma das intenções seria a de observar as práticas desses grupos e identificar de que maneiras explicitam as práticas jornalísticas, se abordam (e de que forma) questões dos procedimentos de controle, buscando fazer inferências sobre as maneiras de fazê-lo. Seria possível identificar se existe a falta dessa contextualização ou se ela se faz de fato presente, e de que forma. Outra intenção seria uma aproximação com dispositivos críticos midiáticos que estabeleçam uma crítica das práticas jornalísticas, voltadas para os procedimentos de controle, e entender como poderiam, em determinada medida, servir como alfabetização dessas práticas para o público leigo.

Se dentro da situação atual de *fake news*, desinformação, crise do jornalismo, novas tecnologias, ameaças às democracias, à representatividade, participação e acesso, vem se falando cada vez mais em educação para mídia, vem se dando cada vez mais valor para a alfabetização midiática. Mas sem a crítica, todas as iniciativas voltadas para esse propósito parecem se enfraquecer. Para fazer crítica é preciso, então, conhecer o objeto da crítica. Por isso propomos que, antes de buscar o ensino de uma postura crítica, devemos oferecer o material a ser criticado: o jornalismo, e não somente os seus produtos. Se isso pode representar um avanço no relacionamento dos sujeitos com a mídia jornalística, pode também representar um avanço para as democracias modernas, midiáticas e interpretativas.

REFERÊNCIAS

APARICI, Roberto. Introdução: a educomunicação para além do 2.0. In: APARICI, Roberto (org.). **Educomunicação: para além do 2.0**. São Paulo: Paulinas, 2014.

BACCEGA, Maria Aparecida. Comunicação/educação e a construção de nova variável histórica. In: CITELLI, Adílson Odair; COSTA, Maria Cristina Castilho (Org). **Educomunicação: construindo uma nova área de conhecimento**. São Paulo: Paulinas, 2001.

BÉVORT, Evelyne; BELLONI, Maria Luiza. Mídia-Educação: conceitos, história e perspectivas. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 30, n. 109, p.1081-1102, set./dez. 2009.

BRAGA, José Luiz. O sistema social crítico interpretativo. In: PRADO, José Luiz Aidar (org.). **Crítica das práticas midiáticas**: da sociedade de massa à cibercultura. São Paulo: Hacker Editores, 2002.

_____. **A sociedade enfrenta a sua mídia**: dispositivos sociais de crítica midiática. São Paulo: Paulus, 2006.

FANTIN, Mônica. **Mídia-Educação**: aspectos históricos e teóricos metodológicos. Olhar de Professor. Ponta Grossa: ed. 14 (1), 2011.

_____. **Novo olhar sobre a Mídia-Educação**. In: 28a. Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação, 2005, Caxambu. Anais da 28a. Reunião Anual da ANPED, 2005.

FEILITZEN, Cecília von. Educação para mídia na perspectiva das crianças e adolescentes. In: MACEDO, Alessandra Xavier Nunes; PIRES, David Ulisses Brasil Simões; ANJOS, Fernanda Alves dos. **Educação para a mídia**. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Justiça, 2014.

FERNÁNDEZ, Nuria. **Como as ‘fake news’ podem ser um incentivo à ‘alfabetização midiática’**. CHARLEAUX, João Paulo. NEXO, 22 jan de 2018. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/entrevista/2018/01/22/Como-as-%E2%80%98fake-news%E2%80%99-podem-ser-um-incentivo-%C3%A0-%E2%80%98alfabetiza%C3%A7%C3%A3omidi%C3%A1tica%E2%80%99?utm_campaign=Echobox&utm_medium=Social&utm_source=Facebook>. Acesso em: mar 2018.

FIGARO, Roseli. Estudos de recepção para a crítica da comunicação. In: CITELLI, Adílson Odair; COSTA, Maria Cristina Castilho (Org). **Educomunicação**: construindo uma nova área de conhecimento. São Paulo: Paulinas, 2001.

JACQUINOT-DELAUNAY, Geneviève; CARLSSON, Ulla; TAYIE, Samy; TORNERO, José Manuel Pérez. Introduction: Empowerment Through Media Education: An Intercultural Approach. In: CARLSSON, Ulla; TAYIE, Samy; JACQUINOT-DELAUNAY, Geneviève; TORNERO, José Manuel Pérez (Eds.). **Empowerment Through Media Education: An Intercultural Dialogue**. UNESCO, 2008.

KAPLÚN, Mario. Uma pedagogia da comunicação. In: APARICI, Roberto (org.). **Educomunicação**: para além do 2.0. São Paulo: Paulinas, 2014.

KELLNER, Douglas. SHARE, Jeff. **Educação para a leitura crítica da mídia, democracia radical e a reconstrução da educação**. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 29, n. 104 – Especial, p. 687-715, out 2008. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>.

MAROCCO, Beatriz Alcaraz. **Os procedimentos de controle e a resistência na prática jornalística**. *Galaxia* (São Paulo, *Online*), n.30, p.73-85, dez. 2015. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/1982-25542015221336>>.

SILVEIRA, Ana Patrícia Soares da. **A Educação para mídia**: uma abordagem teórica acerca do conceito e da sua aplicação no contexto educativo. In: PEREIRA, Sara (org.). Congresso Nacional “Literacia, Media e Cidadania”, Universidade do Minho, março de 2011.

SOARES, Ismar de Oliveira. Educomunicação: um campo de mediações. In: CITELLI, Adílson Odair; COSTA, Maria Cristina Castilho (org). **Educomunicação**: construindo uma nova área de conhecimento. São Paulo: Paulinas, 2001.

_____. Introdução à edição brasileira. In: APARICI, Roberto (org.). **Educomunicação**: para além do 2.0. São Paulo: Paulinas, 2014.

TODA Y TERRERO, José Martinez de. Avaliação de metodologias na educação para os meios. In: CITELLI, Adílson Odair; COSTA, Maria Cristina Castilho (org). **Educomunicação**: construindo uma nova área de conhecimento. São Paulo: Paulinas, 2001.

TORNERO, José Manuel Pérez. Media Literacy: New Conceptualisation, New Approach. In: CARLSSON, Ulla; TAYIE, Samy; JACQUINOT-DELAUNAY, Geneviève; TORNERO, José Manuel Pérez (Eds.). **Empowerment Through Media Education: An Intercultural Dialogue**. UNESCO, 2008.

ZANCHETTA, Juvenal. Educação para mídia: propostas europeias e realidade brasileira. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 30, n. 109, p. 1103-1122, set./dez. 2009.

ZERO HORA. Caderno doc. **Brasileiro, um perito do erro**. 31 de março e 1º de abril de 2018.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-388-0

